

AMPLIANDO O “LABORATÓRIO”: uma releitura de *O tempo saquarema* via história das ciências no Império*

Nilton de Almeida Araújo¹

RESUMO

Em sua análise sobre a construção do Estado imperial e da classe senhorial, Ilmar Mattos em *O tempo saquarema* valeu-se do arcabouço gramsciano, dentre outros, chamando a atenção para a transformação de burocratas e negociantes em grandes proprietários rurais, para a união de famílias proprietárias através de alianças matrimoniais, do processo de nobilitação em torno da Corte e da expansão de formas de solidariedade horizontal entre aquelas famílias proprietárias. Conquanto Mattos destaque as Santas Casas de Misericórdias, lojas maçônicas, e Guarda Nacional como espaços para a aglutinação e incorporação deste segmentos à classe senhorial e ao Estado imperial, e particular atenção seja dada à política de Instrução Pública fluminense, que constituiu um “laboratório saquarema” de formação do “Povo”, distinguindo cada um dos cidadãos futuros da massa de escravos, resgatando-os da “barbárie” e inscrevendo-os na “civilização”, propomos neste texto que associações de classe nucleadas na atividades científicas podem ampliar e redimensionar esta proposta. No caso em pauta, faremos uma apresentação panorâmica da trajetória do Imperial Instituto Baiano de Agricultura, e também do Imperial Instituto Fluminense do Rio, como integrantes deste processo simultâneo de formação de classe e do Estado, permitindo ampliar a noção de “laboratório saquarema” para um “laboratório civilizatório” integrado por espaços científicos.

História das Ciências e História do Brasil

História e História das Ciências têm vivido uma crescente e intensa aproximação nas últimas décadas no Brasil. No que diz respeito ao Império, uma das obras-chave nesta aproximação foi *O tempo saquarema* (1987) de Ilmar Rohloff de Mattos.

O tempo saquarema foi texto inaugurador na análise da construção do Estado no Império brasileiro a partir de um prisma gramsciano. Em especial contribuindo para ultrapassarmos uma superestimação da figura de Pedro II, de um lado, e da burocracia transplantada ou ideologicamente coesa como construtora do Estado, de outro lado, Mattos problematizou as conexões dialéticas entre: a construção de um Estado, o Estado imperial; a constituição de uma classe, a classe senhorial; e a intervenção deliberada e consciente de uma força social, a “Direção Saquarema”². A construção do Estado imperial foi apresentada por Mattos não só como

* Baseado em elementos do segundo capítulo da minha tese de doutorado: “Pioneirismo e Hegemonia: a construção da agronomia como campo científico na Bahia (1832-1911)”.

¹ Doutor em História pela UFF. Prof. Adjunto da Univasf. CNPq – nilton.almeida@pq.cnpq.br

² O conceito de Ilmar Mattos sobre a “direção saquarema” extrapola as clássicas trindades saquaremas compostas por próceres do Partido Conservador: “Por dirigentes saquaremas estamos entendendo um conjunto que engloba tanto a alta burocracia imperial – senadores, magistrados, ministros e conselheiros de Estado, bispos, entre outros – quanto os proprietários rurais localizados nas mais diversas regiões e nos mais distantes pontos do Império, mas que orientam suas ações pelos parâmetros fixados pelos dirigentes imperiais, além dos professores, médicos, jornalistas, literatos e demais agentes ‘não públicos’ – um conjunto unificado tanto pela adesão aos princípios de Ordem e Civilização quanto pela ação visando a sua difusão.” (MATTOS, 1987: 3-4).

resultante da defesa dos interesses dos proprietários – na agricultura escravocrata ou no comércio – mas também de um projeto político pautado pelos princípios de “Ordem” e “Civilização”.

A par da repressão a quilombos e insurreições de escravos, a repressão aos “vadios”, “desordeiros” e a crimes públicos, policiais e particulares, ou da adaptação de modelos e instituições políticas, administrativas e judiciárias de matriz europeia, ou mesmo da produção de informações sobre a ocupação e distribuição da população do Império, ou ainda da garantia da reprodução da “moeda colonial”, ou seja, das relações exteriores com os mercados e nações capitalistas, importadoras dos gêneros primários produzidos pela agricultura mercantil-escravista, a manutenção da “Ordem” significava garantir a continuidade do monopólio da terra, do monopólio da violência e das relações de domínio entre escravocratas e escravizados, casa grande e senzala, sobrados e mocambos, base de toda aquela sociedade.

Mas o aspecto da obra de Ilmar que mais chamou a atenção da historiografia das ciências, nas últimas duas décadas, foi sua conclusão da existência de um projeto norteado pelo princípio da “Civilização” expresso num conjunto de políticas públicas e discursos (HEIZER, 2005, HEIZER, VIDEIRA, 2001 (org.); LOPES, 2001, 1997; MARINHO, 2008, 2002; DOMINGUES, 2001, 1995). Maria Amélia Dantes em “As instituições imperiais na historiografia das ciências no Brasil” (2001) faz um balanço das relações entre Império e ciências no Brasil, indicando a ampliação de espaços investigados desde revistas, conferências, cursos públicos, museus de História Natural, comissões geográficas e geológicas, até escolas de engenharia, faculdades de medicina, sociedades científicas, associações e institutos agrícolas (DANTES, 2001: 231-232), seja por conta de mudanças nas concepções sobre a natureza da ciência e seu desenvolvimento histórico (em um diálogo da história das ciências com as ciências sociais a partir dos anos 1970 -, que procuram inserir as instituições brasileiras dos oitocentos nos padrões de cientificidade da época e não do presente) seja por mudanças que ocorreram na historiografia brasileira (DANTES, 2001: 233-234). No período imperial, de acordo com estas pesquisas orientadas por outros pressupostos, vislumbra-se a valorização das ciências por setores das “elites brasileiras”, extrapolando, portanto, o interesse pessoal ou a ilustração de Pedro II.

Os estudos sobre os vínculos entre instituições científicas e interesses nacionais foram inspirados em particular, segundo Dantes, pela “contribuição de Ilmar Mattos para a história cultural do Brasil imperial” com *O tempo saquarema*, onde consegue chamar a “atenção para uma característica das políticas públicas do período: a difusão, pelo território nacional, de valores próprios às nações civilizadas” (DANTES, 2001: 234).

Para Margaret Lopes, por exemplo, a emergência das ciências naturais como um campo científico, não subordinado ou acessório aos cursos de medicina e engenharia, teve na atuação de naturalistas e diretores de museus de ciências naturais integrantes de um rol de agentes administrativos conforme “Mattos propõe que entendamos como ‘um conjunto de dirigentes’” da direção saquarema (LOPES, 1997: 92). Retomando uma expressão de Mattos, Lopes posicionou o processo de especialização e profissionalização dos naturalistas (em especial do Museu Nacional no Rio de Janeiro) que tinham os “olhos na Europa e os pés na América” (LOPES, 1997: 85, 135; MATTOS, 1987: 126), e que desfrutaram de “prestígio e apoio político, pautando sua atuação no museu” pelos seus interesses científicos e pessoais no interior das “prioridades exigidas pela construção do projeto do Estado imperial” (LOPES, idem: 96), ainda que conclua que as ciências naturais ou mesmo sua principal instituição no Brasil imperial, o Museu Nacional “não foi uma prioridade do projeto saquarema”, resultando esta institucionalização mais de “iniciativas da emergente comunidade científica que disputou, com relativo êxito, apoio político e mecenato imperial para cada uma de suas ações e de seus diferentes interesses” (LOPES, 1997: 325). A principal ideia que Margaret Lopes retém daquela obra que ora destacamos é a busca

comum tanto pelo núcleo saquarema quanto pelos naturalistas de “um lugar para o Império brasileiro no conjunto das nações civilizadas” (LOPES, 1997: 90).

Voltando à questão da íntima relação entre a construção do Estado imperial e a constituição da classe senhorial, Mattos sublinha a diferença qualitativa entre o plantador escravista e a classe senhorial. “Diferentemente dos plantadores escravistas, que restringiam sua atuação quase que exclusivamente ao exercício de uma dominação nos limites de suas propriedades, a classe senhorial serve-se do Estado imperial para construir sua unidade e levar a efeito uma expansão” (MATTOS, 1987: 92). O Estado Monárquico se une aos interesses agrários, mercantis e burocráticos que se expandiam com a lavoura cafeeira e os une aos detentores de monopólios que se constituíram nas outras regiões do Império.

Para tanto, o Estado imperial valeu-se da transformação de burocratas e negociantes em grandes proprietários rurais, da aproximação dos grupos nativos economicamente dominantes na Corte através dos negócios vinculados à restauração da moeda colonial, da união de famílias proprietárias através de alianças matrimoniais, bem como da nobilitação daqueles que gravitavam em torno da Família Real.

Conquanto Mattos ressalte as Misericórdias, lojas maçônicas, e Guarda Nacional como espaços para o desenvolvimento desta aglutinação horizontal no interior da classe dominante, sem pretensões exaustivas mas preliminarmente, propomos um outro espaço para a produção e difusão da civilização: os Imperiais Institutos de Agricultura. Mais ainda, propomos a ampliação de uma outra noção deste autor, qual seja, a de “laboratório saquarema”. A nosso ver, este laboratório extrapolou o espaço fluminense, ao menos no que tange à institucionalização de um outro campo: a agronomia. Para suscitar esta reflexão, traçaremos uma comparação contextualizada entre os Imperiais Institutos de Agricultura criados no Rio de Janeiro e na Bahia, ingredientes e veículos da implantação de uma “Civilização”.

Civilização e Laboratório de uma direção: a SAIN

Faz-se preciso, então, ter em vista que a difusão da “Civilização” como princípio da “Direção Saquarema” consistiu na difusão do espírito de associação, do primado da razão, e do triunfo do progresso, promovendo “a formação do povo” quebrando os limites da “Casa”, e portanto do poder do “despotés”, para transformar “mero plantador escravista” em elemento integrado num universo mais amplo (MATTOS, 1987: 282). “Consistia, assim, em integrá-lo nas Instituições que o Império forjava, como a Guarda Nacional, ou em fazê-lo participar das associações políticas que procuravam estender os braços do partido representado pela Coroa” ou “por meio das folhas e pasquins, dos romances e do teatro” (MATTOS, 1987: 283).

O laboratório saquarema por outro lado correspondeu às práticas e representações elaborados no processo de direção política e cultural que ao mesmo tempo em que dispunha, razão, ilustração e ciência como meios de promoção da grandeza do Império do Brasil para que este se pusesse no rol das nações civilizadas, com sua principal expressão na *formação do povo* por meio da Instrução pública, simultaneamente produzia práticas e representações para preservar “as diferenças entre os cidadãos”. Neste desiderato, Mattos toma como referência as políticas de Instrução na província fluminense, ou para usar suas palavras, o “laboratório fluminense” (MATTOS, 1987, 274-275).

Na nossa proposta, laboratório servirá de metáfora para espaço, ou principalmente, “momento” ou “tempo” para ensaiar, testar, experimentar um processo produção de consenso em torno de um conjunto de representações e práticas.

A retomada de princípios diferenciadores e hierarquizantes presentes na sociedade neste laboratório, “de modo a evidenciar para cada um o papel que se lhe reservava em função da

posição que ocupava” foi um movimento que, enriquecido pela trajetória dos Imperiais Institutos de Agricultura, permite ampliar a noção de “laboratório saquarema” para um “laboratório civilizatório”. Na medida em que “instruir e educar” foram a maneira fundamental “de fixar os caracteres que permitiriam reconhecer os membros que compunham a sociedade civil” (MATTOS, 1987: 264-5), as associações científicas em foco cumpriram um papel especialmente pedagógico especialmente no que tange à formação de quadros dirigentes. A origem de uma delas, o Imperial Instituto Fluminense de Agricultura (IIFA), está diretamente ligada às decisões da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN, criada em 1827).

A associação à SAIN foi indicada *an passant* por Mattos como um dos momentos da trajetória de formação dos dirigentes imperiais, em particular por conta desta entidade ter fundado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB, 1838). A historiografia das ciências conferiu àquela associação um lugar mais central na construção do Estado Nacional.

Uma análise que incorpore a SAIN deve contemplar seja a historiografia das ciências, seja a historiografia *tout court*. A história das ciências no Brasil das últimas duas décadas tem resgatado a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional como importante espaço privado para a atividade científica no Império (DANTES, 2001: 233; FIGUEIRÔA, 1997: 52-53; LOPES, 1997: 71, 74, 329; MARINHO, 2002: 19, 92).

A estruturação interna da SAIN, ao longo do século XIX refletiu uma demanda por respostas científicas, mas também uma oferta de teorias e conhecimentos que se especializavam. Ao evidenciar quais os ramos das ciências considerados meios para aperfeiçoar a agricultura, artes, ofícios, com o passar do tempo, embora não perdesse a relação com a agricultura, as suas comissões foram se especializando, o que se refletia no seu periódico (DOMINGUES, 2001b: 96).

Antecedendo inclusive a *O tempo saquarema*, José Luiz Werneck da Silva (em tese pioneira defendida na Universidade Federal Fluminense em 1979, *Isto é o que me parece: A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (1827-1904) na Formação Social Brasileira*) privilegiando a atuação da SAIN no período de 1871 a 1877, destacou que nenhuma corporação imperial teve um número de sócios similar, “sócios estes representando praticamente todos os segmentos da classe dominante”, bem como nenhuma outra corporação imperial recebeu do governo tantos favores em assuntos econômicos como ela, notadamente entre 1850 e 1880 (SILVA, 1979: 9-10).

“Mas suas possíveis ligações ‘administrativas’ não fizeram dela um órgão administrativo. Não foi composta de funcionários. Não foi burocracia, *strictu sensu*. Ficou na confluência do público e do privado”. Em outras palavras, dentro do quadro administrativo imperial, era “uma ‘agência auxiliar’, prestando serviços aos ministérios, ‘agências diretas’.” (SILVA, 1979: 95). Entretanto, Werneck da Silva observou que apesar de a SAIN ter funcionado por quase todo período imperial, e publicado um periódico ininterruptamente desde 1833 até o fim da entidade, passara despercebida aos clássicos Sérgio Buarque e Caio Prado Jr., bem como a uma série de outros autores.

As exposições que realizou ou apoiou, a propagação seu mensário (*O Auxiliador da Indústria Nacional*, 1833), o intercâmbio com associações semelhantes nacionais ou estrangeiras, a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura foram no máximo mencionadas (SILVA, 1979: 13- 16). Por seu turno, Werneck da Silva buscou contextualizar quem foram os membros da SAIN, seus “quadros mentais”, a posição que estes membros ocuparam “em relação ao processo produtivo e de que maneira se definiram em face da sociedade política e da sociedade civil”, em especial se foi uma agência intelectual,

simplesmente, ou teve real atuação como agência ligada ao campo econômico? (SILVA, 1979: 8-9).

Esta problemática tem um desenvolvimento em grande angular ao tornarmos à questão da íntima relação entre a construção do Estado imperial e a constituição da classe senhorial conforme Mattos que sublinha a diferença qualitativa entre o plantador escravista e a classe senhorial. “Diferentemente dos plantadores escravistas, que restringiam sua atuação quase que exclusivamente ao exercício de uma dominação nos limites de suas propriedades, a classe senhorial serve-se do Estado imperial para construir sua unidade e levar a efeito uma expansão” (MATTOS, 1987: 92). O Estado Monárquico se une aos interesses agrários, mercantis e burocráticos que se expandiam com a lavoura cafeeira e os une aos detentores de monopólios que se constituíram nas outras regiões do Império. Uma destas outras regiões foi a Bahia. E uma das expressões desta expansão a nosso ver foi a constituição de uma organização da sociedade civil em formação: o Imperial Instituto Baiano de Agricultura (IIBA).

Civilização e Laboratório de uma direção: Os Imperiais Institutos de Agricultura

Entre 01 de novembro de 1859 e 14 de agosto de 1861, foram criadas por Decretos Imperiais um conjunto de associações de classe que deveriam animar e dar desenvolvimento à lavoura de suas respectivas províncias, auxiliando o Governo Geral e Provincial, mas cujo quadro de associados era reservado a fazendeiros, lavradores, proprietários, capitalistas ou negociantes.

Os Imperiais Institutos de Agricultura da Bahia (Decreto 2.500 de 01 de novembro de 1859) e do Rio de Janeiro (Decreto 2.607, de 30 de junho de 1860) foram criados ao lado dos de Pernambuco (Decreto 2.516 de 22 de dezembro de 1859), Sergipe (Decreto 2.521, de 20 de janeiro de 1860) e Rio Grande do Sul (Decreto 2.816, de 14 de agosto de 1861). Quase não há registro de funcionamento dos institutos gaúcho, e pouco foi localizado sobre o pernambucano ou o sergipano. Contudo, todos os Decretos dos Imperiais Institutos tiveram seus estatutos definidos a partir daquele criado na Bahia, emulando-lhe em praticamente todos os aspectos.

Domingues (1995) pontua a atuação inaugural dos Imperiais para a consolidação do debate sobre as questões do esgotamento do solo, ressaltando o crescimento do apelo à química agrícola e à fisiologia vegetal, secundarizando a botânica, tendo as mudanças em curso no mundo do trabalho outra pauta decisiva dos debates dos institutos³.

Mas o primeiro Imperial Instituto de Agricultura foi criado numa província onde as mudanças de meados do século XIX guardavam algumas peculiaridades. O decreto de D. Pedro II atinge uma região com significativos antecedentes em termos de associações de classe que almejavam melhorar a produção apelando à ciência. Ocorriam movimentações da fração dominante agrária na Bahia, mais especificamente aquela que atuava a partir do Recôncavo Baiano, para articular ciência e agricultura desde a tentativa de implantar uma cadeira de Agricultura na Bahia (1832) até o funcionamento da Sociedade de Agricultura, Comércio e Indústria da Província da Bahia (SACIPBA) (ARAÚJO, 2010: 56-67). Várias das famílias da aristocracia do Recôncavo na criação da SACIPBA têm participação direta na fundação do IIBA.

Do ponto de vista econômico, a conjuntura dos anos 1850 não é das mais auspiciosas para os escravocratas baianos, com a consumação da lei de abolição do tráfico, a perda crescente de mercados externos, uma epidemia de cólera de alta mortalidade (1855-1856) e explosão do tráfico entre províncias provocam uma alta assustadora de preços do trabalho. Diversamente, na

³ “A preocupação com a possível falta de mão-de-obra para a lavoura ocupou grande espaço nos discursos políticos e deu novo alento à aplicação dos conhecimentos científicos para aumentar a produtividade da terra”. (Domingues, 2001: 39).

Corte, segundo Maria Martins, o Imperial Instituto Fluminense de Agricultura (IIFA) foi criado “em um momento de consolidação da lavoura cafeeira, particularmente nas novas regiões do Vale do Paraíba fluminense” (MARTINS, 1995: 95).

A concorrida sessão inaugural do IIBA congregou diversos representantes de vários setores da economia baiana que, inscritos como sócios, se comprometeram a se engajar junto ao Instituto na recuperação da agricultura da Bahia, particularmente da produção canavieira do Recôncavo.

Do total de 127 sócios listados no *Livro da Inscrição dos sócios que compõem o Imperial Instituto Baiano*, foi possível determinar a procedência geográfica de 70% deles, com o predomínio da região do Recôncavo. De fora do Recôncavo temos um representante de Feira de Santana, dois de Alagoinhas, um de Inhambupe e um de Ilhéus. Quanto ao Recôncavo, 18 deles como sendo de S. Amaro, 19 de S. Francisco do Conde, 10 de Cachoeira, dois de Maragogipe, cinco de Nazaré. Na capital residiam 34 membros do IIBA, se bem que alguns sócios forneceram dois endereços, um na capital e outro em engenho de sua propriedade.

Se não foi possível estabelecer o endereço de todos os membros listados na relação iniciada em 1859, há, por outro lado, uma vantagem quanto a esta fonte, que registra as ocupações dos membros da associação. Três são os grupos identificados: “proprietários”, “negociantes” e “magistrados”. Com apenas um engenheiro e uma alta autoridade católica, dos 127 membros identificados, há a indicação de ocupação exclusiva de 18 como sendo negociantes (14,1%, segundo grupo mais expressivo), dois magistrados e 92 proprietários (72,4% do total de sócios, o maior grupo). Com dupla ocupação há apenas dois “proprietários e magistrados”, e somente um “proprietário e negociante”. É preciso registrar que 10 sócios ficaram sem identificação ocupacional. Percebe-se portanto que se trata de uma instituição de auto-declarados proprietários rurais, mas que comportou com significado os negociantes.

Da parte do IIFA, em termos de distribuição ocupacional dos sócios do instituto do Rio de Janeiro, Martins chegou a números que apontam para um perfil mais diversificado: Fazendeiros (51 – 43,22%), políticos (31 – 26,27%), intelectuais (30 – 25,42%), capitalistas (6 – 5,08%), totalizando 118 sócios estudados (MARTINS, 1995: 102).

Ainda assim, IIBA e IIFA, apesar de criados em condições distintas, compartilham duas dimensões, tanto pela sua composição social quanto pela sua atuação como órgãos de classe que intentavam realizar uma modificação, não só no plano econômico-corporativo, mas também no ético-político.

O artigo 2.º dos Estatutos do Imperial Instituto da Bahia traziam nas entrelinhas seis diretrizes nucleares sobre a finalidade dos Imperiais Institutos de Agricultura, seguidos quase integralmente pelo seu par do Rio de Janeiro. Em primeiro lugar, cabia aos Institutos o papel do estabelecimento de princípios, sistemas, métodos e processos agrícolas mais modernos na respectiva província. Em segundo lugar, o seu papel de representar junto ao Estado os meios de atender aos reclamos da classe agrícola. Em seguida, a prestação de serviços técnicos de interesse do governo com levantamentos e pareceres (especialmente em estatística). As outras três questões diziam respeito a trabalhos de divulgação sobre agronomia, a substituição de braços (via colonização e imigração, seja via máquinas e instrumentos) e, por fim, incentivar a aglutinação de produtores em torno da “inovação” por meio de exposições e prêmios⁴.

4 “Art. 2º O Instituto deverá em proporção com seus recursos: 1ª, fundar escolas e estabelecimentos normais que ensinem os princípios, e se ensaiem os sistemas mais convenientes de cultura da terra e sua preparação, os métodos que possam melhor concorrer para aperfeiçoar o fabrico dos produtos agrícolas, fazendo as expensas suas a introdução de máquinas e instrumentos, que facilitem o trabalho e melhorem os processos até agora empregados; 2º,

No que tange às atividades do IIFA, Martins destaca além de seu laboratório químico e as consultas feitas pelo governo, a criação do Asilo Agrícola e da *Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura*. Sobre o Asilo Agrícola, ele cumpriria a função de escola destinada a educar a futura geração de agricultores e feitores de estabelecimentos rurais, aprendendo a ler, escrever e se profissionalizar, no que nas palavras de um sócio deveria ser “um viveiro de futuros operários rurais, feitores e administradores de estabelecimentos agrícolas, que ali se mantêm, preparando ao mesmo tempo cidadãos moralizados e amantes do trabalho” (MARTINS, 1995: 80).

A produção intelectual do Instituto do Rio de Janeiro teve na *Revista Agrícola* um espaço privilegiado para a veiculação e troca de ideias, divulgação das experiências e debates desenvolvidos na instituição, bem como angariar sócios e fundos, incentivar a utilização da mão de obra livre, pesquisar dados estatísticos e os problemas que enfrentava a agricultura, particularmente na província fluminense. Com sua publicação principiando efetivamente em 1869, graças a uma subvenção da assembleia provincial do Rio de Janeiro, renovada até 1891, ela refletia as sessões periódicas da diretoria e do conselho fiscal.

(...) nelas eram lidas, debatidas e encomendadas memórias, artigos e estudos, de modo geral frutos das solicitações de origens as mais diversas – dos fazendeiros, da direção do Instituto ou dos membros da diretoria e conselho fiscal, dos sócios ou do próprio ministério. Esses pedidos provocavam a formação de uma comissão ou a designação de um sócio específico para avaliar o tema em questão. (MARTINS, idem: 85).

Os artigos da revista concentraram cerca de 42% no item por ela denominado “Técnicas Agrícolas” – que agrupava temas como mecânica agrícola, adubação, análises química referentes a sementes, solos e qualidade da água, sistemas de rotação de cultura, etc. Este fato comprovaria que o periódico, bem como as atividades cotidianas da instituição, foram dirigidas por técnicos e intelectuais, “que encontraram no instituto a oportunidade para dedicarem-se a uma prática científica que parecia continuar sem espaços definidos nas universidades e instituições congêneres” (MARTINS, idem: 87-88).

estudar por si, e por meio de comissões suas nos diferentes pontos da Província os meios de facilitar o transporte dos gêneros para os seus principais mercados, tendo em atenção a comodidade do preço da condução, e sua menor morosidade, e representar acerca daqueles meios ao Governo Geral e Provincial, indicando a conveniência de levá-los a efeito; 3º rever e fazer anualmente a Estatística rural da Província acompanhando-a de uma memória, em que se exponha o estado da agricultura, a marcha favorável ou prejudicial das estações, o receio ou esperança das colheitas, a escassez ou abundância dos gêneros alimentícios, as causas a que se possa atribuir a sua decadência ou progresso, a natureza dos novos processos introduzidos; quais as suas vantagens; as providências que se deverão tomar para combater as epizootias e outras moléstias do gado, animais e aves domésticas, quais os remédios aplicados que melhores resultados práticos apresentarão; o abandono, decadência e progresso dos estabelecimentos rurais mais importantes, o estado da administração dos que pertencerem a orfãos, ausentes, e as pessoas legalmente impedidas de por si mesmos dirigi-los; as causas permanentes ou transitórias da decadência ou progresso da agricultura nos três anos anteriores; finalmente tudo quanto possa interessar a lavoura; criar e manter um Periódico, a expensas suas, que exclusivamente trata da agricultura, no qual além dos trabalhos próprios do Instituto se publiquem artigos, memórias, traduções e notícias importantes para a lavoura, e que exponha em linguagem acomodada à inteligência da generalidade dos lavradores os melhores meios de cultivar não só os gêneros mais usuais e conhecidos no País, e os novos que deverão ser introduzidos, como o tratamento e criação do gado, e de animais pouco ou não conhecidos, de melhores raças, e aves domésticas; 5º cuidar da substituição dos braços necessários à lavoura, já por meio de máquinas e instrumentos apropriados, estudando e ensaiando o sistema de colonização nacional e estrangeira que pareça mais profícuo, já auxiliando o Governo neste empenho; 6º mandar vir novas sementes de plantas já cultivadas na Província, e de outras que devem ser introduzidas, novos animais ou pouco conhecidos, os de melhores raças, e distribuí-los pelos fazendeiros e lavradores; promover a exposição anual dos produtos da lavoura, animando-a por meio de prêmios e facilitando o transporte e venda dos mesmos produtos.”

O segundo tema mais recorrente na *Revista Agrícola* do IIFA em seu levantamento foi a cana de açúcar. Esta preponderância sobre o café, também confirmada pelas experiências realizadas no instituto, são interpretadas por Martins como um indicativo do “mal monopólio” cafeeiro na visão de alguns intelectuais do instituto. O total de artigos sobre gêneros agrícolas (alimentícios e industriais) atinge a marca de 14%, “quase o dobro daqueles dedicados ao café, confirmando a linha da revista na defesa de uma diversificação na produção agrícola da província do Rio de Janeiro”, mesmo considerando os artigos sobre a cana-de-açúcar.

Trata-se de mais um aspecto comum ao IIBA, que se por um lado surge na perspectiva de recuperar o combalido complexo açucareiro, teve na produção da sua escola superior de agricultura um acervo de escritos sobre tabaco, mandioca, baunilha, cochonilha, seringueira, milho, soja, etc. E também, ainda que em menor número, apresentou também teses de conclusão de curso na área de zootecnia, introdução de raças animais e veterinária. Entretanto, é preciso frisar que reside aqui uma diferença fundamental nas formas de produção, reprodução e divulgação do conhecimento agrônomo, com de um lado artigos dos próprios sócios do IIFA e de outro escritos da lavra dos engenheiros agrônomos formados pela escola do IIBA – a Escola Agrícola da Bahia, inaugurada em 1877.

Mas nos concentremos na atuação do IIBA. E em especial nas suas relações com o Estado imperial. Os Relatórios do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (MACOP), criado após os Institutos, permitiram vislumbrar o desenho de um conjunto de políticas públicas para a modernização da agricultura ao longo do Império e o desenvolvimento de uma ideologia correlata, lançando luz sobre as relações entre as frações da classe dominante agrária e o Estado. Entre estas esferas da sociedade civil e da sociedade política que não deixou de haver certa tensão, considerando-se precisamente seu caráter privado ou estatal.

Os Imperiais Institutos eram mantidos com recursos do governo, mas também de seu quadro de associados. Sua diretoria não recebia salários e não foram funcionários do governo estritamente. O entendimento contemporâneo acerca desta ambiguidade alcançou um de seus pontos altos no Relatório de 1866, que contém críticas duras ao IIFA pelo ministro da Agricultura Antonio Francisco de Paula Souza. Este ministro tentou impor ao IIFA duas alternativas: ou aceitar um projeto de reforma por ele encaminhado ou o rompimento da parte do governo, com suspensão da verba.

Sua crítica expôs as principais contradições no padrão de institucionalização dos interesses agrários. Após definir o IIFA como uma associação de “capitalistas” e fazendeiros, contrapõe que a nomeação de seu Presidente, seu Vice-presidente, bem como dos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal seria prerrogativa do governo imperial. A assembleia geral do instituto até poderia deliberar, mas desde que tal deliberação fosse de encontro à diretoria ou ao conselho fiscal, não teria execução sem resolução do governo, estando, assim, à sua mercê, servindo-lhe de auxiliar, e reunindo-se quando o Ministro da Agricultura, seu presidente honorário, julga-se conveniente.

Este tipo de organização, com esta intervenção, afastava ao ver de Paula Souza a ação particular, anulando a iniciativa individual e eliminando o espírito de associação.

Saltam aos olhos imediatamente, senhores, os germes da impotência: não é uma associação particular com o fim de frutificar seus capitais, cultivando um ramo de indústria, porque tudo depende, e está ao arbítrio da variável administração do país; não é uma instituição governamental, destinada a satisfazer certa ordem de interesses, porque seus fundos e haveres são de particulares coassociados: é um misto incongruente, que participa dos inconvenientes de sua origem dupla sem possuir nem uma de suas vantagens.

Que muito é, pois, ser sua vida uma oscilação constante de hesitações e tímido tateamento? Deseja sem querer, quer sem saber o que; entrevê seu destino, duvida de suas forças; resolve, arrepende-se; retrai e anula-se com grave detrimento do prestígio do governo sobre o qual afinal recai a responsabilidade de tão deplorável resultado. (Relatório do MACOP, 1866: 24-25).

Em seguida, temos a oportunidade de uma interpretação do segundo artigo dos estatutos dos Institutos bastante distinta da que fizemos acima.

O artigo 2. dos estatutos revela o que é a sociedade, e explica seu aparecimento; é uma aspiração, um desejo indefinido, que cristaliza-se na enumeração de necessidades a satisfazer!

Um Instituto agrícola auxiliando a administração no empenho de facilitar o transporte de gêneros, promovendo a abertura de estradas novas, conservando e melhorando as atuais!... formando a estatística rural, etc!... Entretanto esta sociedade que não dispõe de seu destino, que não tem liberdade de ação e depende exclusivamente do governo, fez contrato bilateral com o mesmo governo aceitando valores e impondo um ônus a pretexto de serviço público. (Relatório do MACOP, 1866: 24-25).

A solução para este “exemplo frisante da inconveniência da direção do governo nos negócios de interesse particular” seria a reforma dos estatutos “de modo a dar toda a ação e responsabilidade aos sócios na gerência dos seus interesses, estimulando o espírito de associação”. Se por um lado, Paula Souza advogava o aparecimento de outros institutos nas províncias, por outro determinava que em caso de recusa pelos sócios do IIFA da reforma, que seus estatutos fossem simplificados ligando-o diretamente ao ministério da Agricultura.

Sem contradizer nossa leitura acima dos estatutos, ao contrário enriquecendo-a, observa-se nas entrelinhas da fala do ministro Paula Souza uma certa dinâmica na esfera das relações entre público e privado, e no mínimo colocam que este tipo de organismo da nascente sociedade civil não se encontrava enquadrada ao talante do Estado imperial.

O relatório do ano seguinte, já na gestão de Souza Dantas, contrasta bastante com a postura do seu antecessor. São citadas diversas atividades, inclusive participação do IIFA nas Exposições, e encaminhamento de instalação do Asilo Agrícola. Diferentemente, mais uma vez, de Paula Souza, Dantas assinala com relação ao Asilo que “suas despesas não serão muito elevadas, e o governo imperial não duvidará auxiliar o instituto nesta obra de incontestável alcance para a lavoura do país.” (Rel. MACOP, 1867, p.43)⁵.

Nos relatórios do MACOP, as informações sobre o IIBA tratavam principalmente da Escola de São Bento das Lages, e as referentes ao IIFA tratavam do Jardim Botânico, da Fazenda Normal e do Asilo Agrícola. Mas compulsando também as atas da Diretoria do IIBA, do seu periódico *O Agricultor Bahiano* e de seu livro de representações à corte, podemos reconstituir a constituição de um conjunto de bandeiras, com raízes na SACIPBA de 1832, podemos caracterizar o IIBA como um espaço de aglutinação e canalização de demandas das frações dominantes agrária e comercial do Recôncavo, em nome da lavoura da Bahia, diante do Estado imperial. O *Livro destinado para o registro das representações que dirigir o Instituto a Sua*

⁵ Esta relação entre governo e particulares não foi sempre uma situação linear, não só por conta da marca de proposição das associações de classe locais, mas também na medida em que tinham uma capacidade de iniciativa própria, como apontado por Tourinho e Martins. Domingues igualmente assinala a autonomia relativa dos Institutos, na medida em que lhes cabia eleger as suas diretorias e redigir estatutos (DOMINGUES, 2001, p.42). A autonomia dos institutos sofre uma inflexão em 1868, quando foi rompido o vínculo entre o cargo de presidente dos institutos e o de presidente das respectivas províncias, definindo-se, a partir de então, para aqueles cargos, que seriam escolhidos somente cidadãos residentes nas sedes dos institutos (Rel. MACOP, 1867, p.15).

Majestade o Imperador (1860-1867), do IIBA dispõe de uma riqueza quando se trata de trazer à tona argumentos e processos ausentes ou apenas mencionados nas atas da Diretoria. Naquele documento, “emancipação da escravatura”, “abolição da escravatura”, “provável abolição” e “trabalho servil”, “braços africanos” aparecem como questões em profusão, em contraste com a brevidade, quase silêncio, das atas da Diretoria do IIBA6.

Para os “escolhidos por Vossa Majestade Imperial para auxiliar os desejos de Seu Paternal Coração em bem da Agricultura”, que se reúnem, investigam, e discutem no meio do geral desânimo, identificando-se como representantes de “desventurosos companheiros”, a instrução agrícola devia “preceder a todos os outros esforços, e é o primeiro dos deveres do Governo de qualquer País”. O papel estratégico da instrução para seus interesses já traça o tipo de ensino agrícola a instaurar, definindo a inscrição neste a partir de sua origem de classe.

Os abaixo-assinados, Senhor, possuídos das mesmas ideias pedem com instância, e submissos, auxílio para levar a efeito a criação que projetam, de uma Escola Agrícola e Prática no centro das propriedades agrícolas, onde possam receber a conveniente instrução os filhos dos Lavradores, e onde mesmo uma segunda classe de indivíduos menos favorecidos da fortuna se possam habilitar para desempenhar com vantagem as importantes funções de Administradores de Estabelecimentos Rurais.

Indiretamente, os fiéis súditos revelavam não apenas o desejo de escutar sua “Paternal Voz”, mas também depor seus olhos sobre o monarca, acompanhando e pressionando-o, ainda que sutilmente:

A Paternal solicitude de Vossa Majestade Imperial não esqueceu de recomendar à Assembleia Geral tão importante assunto, sendo de crer que o Governo Imperial ficará habilitado com os precisos meios para reforçar os fracos recursos dos Institutos provinciais, que da mesma sorte que o da Bahia, serão de encetar a tarefa dispendiosa (...)

Os signatários da representação ainda solicitam “algum alívio possível dos impostos”, uma mudança na legislação, quanto às condições da propriedade (“a indivisibilidade dos Engenhos de açúcar, a partilha de seu preço por todos os herdeiros, os ônus que pesam já sobre elas”). Aproxima-se o momento de concluir. Evidenciando a manipulação de quem aparentemente se coloca em condição passiva e submissa, as perguntas fundamentais são feitas, as responsabilidades, estabelecidas, e as respostas, encetadas revelando a mobilização da imagem social, da representação social em torno do monarca em prol próprio:

E de que recursos lançarão mão ou quem lhes proporcionará capitais para, livres dos vexames e das perseguições, sair da rotina e substituir os braços perdidos por máquinas e instrumentos agrícolas mais perfeitos e apropriados?

Neste isolamento não é de estranhar que os olhos de todos se volvem para o Chefe da Nação, Príncipe Magnânimo, que o Povo ufano contempla, Sábio, Estudioso, Ativo e Dedicado, que Confia no progresso, Crê na instrução; Príncipe enfim, Cheio ainda de mocidade, tendo a coragem e a esperança desta feliz idade.

As atas da Diretoria indicam a promoção de atividades como o convite e adesão de novos sócios, a distribuição de mudas e plantas pelo IIBA (em especial do Jardim Botânico do Rio de Janeiro enviadas pelo IIFA), produção de pareceres para o MACOP, bem como testes com máquinas para beneficiamento agrícola de gêneros alimentícios, publicação de anúncios em jornais, correspondência com intelectuais, cientistas e instituições a exemplo do IIFA e da SAIN.

6 A primeira menção explícita a braços “escravos” somente vai aparecer nas atas da Diretoria desta associação de senhores de terras e escravos, e de ex-traficantes e negociantes, na 61ª Sessão (01/12/1870).

Mas as representações de modo mais direto colocam a necessidade de, ao lado da dimensão científica ressaltada por Domingues ou Martins, incorporá-la a sua diretriz de associação de classe do segmento rural dominante voltado para a agroexportação. A demanda apresentada numa representação de 28 de junho de 1867 por um banco rural e hipotecário, inseria-se num plano mais amplo, atinente à desvalorização das propriedades rurais com o esgotamento da escravidão. Em nome da “pátria” e de “todos os lavradores da Província”, do “bem-estar” e da “felicidade pública”, é possível pensar a partir de Gramsci na atuação desta associação como uma peleja pela prosperidade, civilização e “desenvolvimento intelectual”, o que instiga o pesquisador a pensar a aplicabilidade empírica do conceito de hegemonia. Na percepção dos quadros do IIBA, a prevista emancipação da escravatura agravava a desconfiança profunda e geral, em que o comércio e os Bancos tinham o lavrador, fazendo com que a propriedade rural ficasse sem cotação no mercado.

Nesta exposição, tal questão é exposta como coletiva, e não individual, acentuando a passagem do plantador escravista para uma atuação enquanto classe senhorial, engajando “todos os lavradores da Província”, cabendo-lhes resistir ao processo de abolição da escravatura, controlando o seu ritmo da melhor forma possível⁷.

A principal alternativa à emancipação vislumbrada pelos líderes do IIBA era a criação da sua Escola de agricultura para “espargir a ciência” pelos campos. E de fato, ao criar-se a Escola Agrícola da Bahia, o instituto baiano participaria da reconfiguração dos conhecimentos e práticas no âmbito da engenharia e das ciências agrárias no Brasil. Essa Escola foi responsável pela diplomação de um novo tipo de agente para o campo no país, um novo tipo de organizador, porta-voz e especialista na ciência aplicada, um intelectual orgânico de novo tipo: o engenheiro agrônomo. No que tange ao IIFA, ao lado do trabalho de Heloísa Domingues e Maria Martins se faz preciso acrescentar a pesquisa de Bruno Capilé (2010), que analisando toda a série *Revista Agrícola* do IIFA, também percebeu padrões de crescente especialização da agronomia ao lado de um decrescente esforço na vulgarização para o leitor leigo.

Apreendendo a formação social brasileira a partir de um prisma gramsciano, localiza-se neste laboratório saquarema segundo Ilmar Mattos, mas ampliado com a incorporação de associações de classe cientificamente orientadas e legitimadas como os Imperiais Institutos de Agricultura e a SAIN, uma relevância nevrálgica de organismos da sociedade civil em constituição, ainda que restrita, na formação da classe senhorial, na construção do Estado brasileiro e numa dada direção política, intelectual e cultural. Também espaços classistas e científicos, nos Institutos dirigentes imperiais e intelectuais especializados participaram do engendramento e reelaboração de um projeto civilizatório e hierarquizante.

Seja pelo papel que desempenharam na institucionalização da agronomia como campo científico no Brasil, seja pelos desdobramentos de formação de uma matriz discursiva lastreada no cientificismo, da configuração de organismos especializados dentro do aparelho de Estado e na formalização de canais políticos extrapartidários para institucionalização de seus interesses, esperamos ter provocado com esta exposição ainda que sumária da história dos institutos de agricultura, que ela interessa tanto a história das ciências como da organização das classes dominantes e do Estado no Brasil.

7 “Um inquérito, Senhor, (...) verificaria a impossibilidade de continuar a lavoura a existir sob a pressão da má desconfiança, que cada vez, se generaliza, que segue as tendências e a marcha das ideias da abolição da escravatura (...) pensa o Instituto que faltará às obrigações, que lhe impõe a honrosa confiança de V. M., se não viesse com todos os lavradores da Província depor, mui reverente nos degraus do Trono, a fiel expressão de tantos males e sofrimentos”.

Referências

- ARAÚJO, Nilton de Almeida. *Pioneirismo e Hegemonia: a Construção da Agronomia como Campo Científico na Bahia (1832-1911)*. Niterói: UFF, 2010 (tese de doutorado).
- BRASIL. Ministério da Agricultura. *Relatórios apresentados à Assembleia Geral pelo Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, 1861-1889*.
- CAPILÉ, Bruno. *A mais santa das causas: a Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura (1869-1891)*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010 (dissertação).
- DANTES, Maria Amélia M. *As instituições imperiais na historiografia das ciências no Brasil em HEIZER, A; VIDEIRA, A.A.P. Ciência, Civilização e Império nos Trópicos*. Rio de Janeiro, Access Editora, 2001.
- DOMINGUES, H. M. B. “A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e as Ciências Naturais no Brasil Império” in: DANTES, Maria Amélia M. (org.). *Espaços da Ciência no Brasil: 1800-1930* – Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.
- DOMINGUES, Heloísa M. B. *Ciência, um Caso de Política: as relações entre as ciências naturais e a agricultura no Brasil Império, 1995*. Tese de doutorado, São Paulo: FFLCH-USP.
- FIGUEIRÔA, Sílvia F. M. *As Ciências Geológicas no Brasil: uma história social e institucional, 1875 – 1934*. São Paulo: HUCITEC, 1997.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere volume 3. Maquiavel – Notas sobre o Estado e a política./edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira*. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- HEIZER, Alda, VIDEIRA, Antonio A. P. *Ciência, Civilização e Império nos Trópicos*, Rio de Janeiro: Access Editora, 2001.
- IIBA. *Livro destinado para o registro das representações que dirigir o Instituto a Sua Majestade, o Imperador, 1860-1867*.
- IIBA. *Livro para registro dos anúncios e editais do Imperial Instituto Bahiano. 1859 a 1873*.
- IBA. *Relação nominal das pessoas que compõem o Imperial Instituto Bahiano de Agricultura, criado por decreto de 1º de novembro de 1859*.
- LOPES, M. Margaret. “O local musealizado em nacional – aspectos da cultura das ciências naturais no século XIX, no Brasil” em HEIZER, A. e VIDEIRA, A. A. P. *Ciência, Civilização e Império nos Trópicos*, Rio de Janeiro: Access Editora, 2001.
- LOPES, M. Margaret. *O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as Ciências naturais no século XIX*. São Paulo: HUCITEC, 1997.
- MARINHO, Pedro Eduardo M. M. *Ampliando o Estado imperial: Os engenheiros e a organização da cultura no Brasil oitocentista, 1874-1888*. Niterói: UFF, 2008 (Tese de Doutorado).
- MARINHO, Pedro Eduardo M. M. *Engenharia Imperial: O Instituto Politécnico Brasileiro (1862-1880)*. Niterói: UFF, 2002 (Dissertação de Mestrado).
- MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *O Imperial Instituto Fluminense de Agricultura: Elites, Política e Reforma Agrícola*. Niterói: UFF, 1995 (Dissertação de Mestrado).
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo Saquarema*. São Paulo: HUCITEC; Brasília: INL, 1987.